



Diário Oficial

EXTRATO PUBLICAÇÃO

CCOM  
Coordenadoria de  
Comunicação Social



Processo Administrativo nº 0230/2005

CONTRATO/ ADITIVO	CONTRATANTE	CONTRATADA
Aditivo 01/09 ao Contrato 025/07	CCOM	Piauí Hoje Comunicação e Marketing Ltda
Aditivo 01/09 ao Contrato 026/07	CCOM	Sistema Integrado de Comunicação Ltda
Aditivo 01/09 ao Contrato 027/07	CCOM	Editora Timonense Diário do Maranhão Ltda
Aditivo 01/09 ao Contrato 020/07	CCOM	Associação Comunitaria Para o Progresso Oeirense
Aditivo 01/09 ao Contrato 021/07	CCOM	Associação Comunitaria de Radiodifusão Alternativa de Cocal
Aditivo 01/09 ao Contrato 026/06	CCOM	MOB Portela
Aditivo 01/09 ao Contrato 025/06	CCOM	Politica Real Ltda
Aditivo 01/09 ao Contrato 019/06	CCOM	News Propaganda & Publicidade Ltda

Motivo: Alteração da vigência do contrato

TERMO ADITIVO 01/2009 AO CONTRATO Nº 031/2007  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2544/2007  
CONTRATANTE: Coordenadoria de Comunicação Social  
CONTRATADA: Implakar Exibidora Ltda  
Objeto: Alteração da vigência do contrato

TERMO ADITIVO 01/2009 AO CONTRATO Nº 02/2008  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 866/2008  
CONTRATANTE: Coordenadoria de Comunicação Social  
CONTRATADA: Microserv Comércio Serviços Ltda  
Objeto: Alteração da vigência do contrato

TERMO ADITIVO 01/ 2009 AO TERMO DE ACORDO E COOPERAÇÃO  
INTERNA Nº 01/2008  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1824/2007  
Cooperados : CCOM X IDEPI

TERMO ADITIVO 01/ 2009 AO TERMO DE ACORDO E COOPERAÇÃO  
INTERNA Nº 02/2008  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1826/2007  
Cooperados : CCOM X ADH

Outras Informações: Coordenadoria de Comunicação Social  
Teresina, 03 de abril de 2009.  
Etevaldo de Sousa Brito  
Presidente CPL/CCOM

OF. 98



AVISO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2009  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0097/2009

O Diretor Geral do Instituto de Terras do Piauí – INTERPI, torna público à Ratificação e homologação da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2009** do processo administrativo Nº **0097/2009**, cujo fundamento legal é o artigo 25, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações. Favorecido: **AGAMENON VILARINHO DA SILVA**, CPF Nº 412.163.393-49, no valor de R\$200,00 (Duzentos reais), referente a treinamento para alimentar o Sistema REMAG com informações sobre valores do FGTS recolhidos por este órgão, relativo aos meses de Março/85, Janeiro/87, julho/91 e Março/95, os quais não foram individualizados.

Teresina, 02 de março de 2009.

José Gastão Belo Ferreira  
PRESIDENTE DA CPL

Raimundo Ferreira Martins Nunes  
DIRETOR GERAL DO INTERPI

AVISO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2009  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0361/2009

O Diretor Geral do Instituto de Terras do Piauí – INTERPI, torna público à Ratificação e homologação da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2009** do processo administrativo Nº **0361/2009**, cujo fundamento legal é o artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações. Favorecido: **F.G. COM. DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ Nº 34.966.838/0001-56, no valor de **R\$340,90 (TREZENTOS E QUARENTA REAIS E NOVENTA CENTAVOS)**, referente serviço de confecção de carimbo automático, serviço de encadernação, serviço de cópias de projetos, serviço de plotagem de projetos e serviço de cópias de projeto.

Teresina, 23 de março de 2008.

José Gastão Belo Ferreira  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Luis de Sousa Ribeiro  
DIRETOR GERAL DO INTERPI

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO  
POR PRAZO DETERMINADO  
(FORMALIDADE LEGAL: ART. 25, INCISO II, C/C ART. 13, INCISO I  
DA LEI Nº 8.666/93)

TERMO DE CONTRATO Nº. 03/2009 DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO  
DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM  
O INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ –  
INTERPI E DANILO DE MACÊDO PARA OS  
FINS QUE SE ESPECIFICAM.

Contrato de prestação de serviços por prazo determinado, que entre si fazem de um lado o **INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ - INTERPI**, autarquia estadual, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob Nº 06.718282/0001-43, Rua Coelho Rodrigues, nº 1.647, Centro, em Teresina-PI, neste ato representado por seu Diretor Geral **RAIMUNDO FERREIRA MARTINS NUNES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado **DANILO DE MACÊDO LIMA**, endereço: Conjunto Rio Parnaíba, Bloco 943, Apto. 302 - Ilhotas, CEP: 64.033-070, CPF: 004.188.863-42, RG: 1.969.165-SSP - PI, doravante denominado **CONTRATADO** tem ajustados o presente contrato de prestação de serviços por tempo determinado, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: O INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ - INTERPI** entende ser de extrema necessidade a contratação direta de profissional por inexigibilidade de licitação fundamentada no artigo 25, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o inciso I, art. 13, da mesma lei, o **CONTRATADO** acima qualificado para prestar serviço na função desenhista com especialização em serviços de georeferenciamento para operar utilizando-se do sistema de software AutoCAD de processamento de dados, iniciando suas funções no dia 02 de janeiro de 2009 com o respectivo vencimento no dia 31 de dezembro de 2009.

**CLÁUSULA SEGUNDA: O CONTRATADO** receberá pelos serviços prestados a importância mensal de R\$830,00 (oitocentos e trinta reais), nos meses de janeiro e fevereiro/2009 e R\$930,00 (novecentos e trinta reais), a partir do mês de março/2009 a dezembro/2009, pagos na mesma época do funcionalismo público estadual, sendo que o referido valor será corrigido conforme o índice de reajuste concedido aos servidores estaduais nas mesmas épocas e percentuais.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Pelo presente instrumento fica convencionado entre as partes, que por ser contrato de prestação de serviços por prazo determinado, o **CONTRATADO** não deverá entender-se prejudicado pela falta de aviso prévio, para encerramento do presente contrato, ou seja, no dia 31 de dezembro de 2008, antecipadamente conforme convencionaram as partes, nenhuma indenização será cabível ao **CONTRATADO** conforme legislação acima mencionada.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O presente contrato poderá ser renovado, mediante concordância das partes.

**CLÁUSULA QUARTA:** Qualquer das partes poderá rescindir o contrato, mediante prévio aviso expresso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.